CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

Edital n.º 732/2007

Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral, presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, torna público que a Assembleia Municipal de Ponta Delgada, por deliberação tomada em sessão ordinária realizada em 28 de Junho de 2007, a pedido da Câmara Municipal de Ponta Delgada, declarou a utilidade pública para efeitos de expropriação da parcela de terreno URB, com a área de 90 m², com casa de moradia, pertencente ao prédio sito ao Caminho do Mata Mulheres, freguesia de Fajã de Baixo, concelho de Ponta Delgada, inscrito na matriz predial sob o artigo 501 urbano, da respectiva freguesia e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ponta Delgada sob o n.º 475/190989, propriedade de herdeiros de Jacinto Rodrigues Cabral, com residência na Rua do Dr. Ruy Galvão de Carvalho, 9, Ponta Delgada.

A expropriação tem por fim a execução da radial do Pico do Funcho do quilómetro 2+240 ao quilómetro 4+398 187.

Aquela deliberação foi tomada ao abrigo do n.º 2 do artigo 14.º da Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, considerando que o projecto em apreço está previsto no Plano de Urbanização de Ponta Delgada e Áreas Envolventes, em vigor.

30 de Julho de 2007. — A Presidente da Câmara, *Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral*.

Edital n.º 733/2007

Torna-se público que a Assembleia Municipal de Ponta Delgada, por deliberação tomada em sessão ordinária realizada em 28 de Junho de 2007, a pedido da Câmara Municipal de Ponta Delgada, declarou a utilidade pública para efeitos de expropriação da parcela de terreno abaixo identificada:

Parcela n.º 54, com 5180 m², pertencente ao prédio rústico com o artigo matricial 54, secção 1, freguesia de São Pedro e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ponta Delgada sob o n.º 1614/São Pedro, propriedade de herdeiros de Manuel Botelho do Couto, residentes em Ontário, Canadá.

A expropriação tem por fim a execução do Parque Urbano de Ponta Delgada.

Aquela deliberação foi tomada ao abrigo do n.º 2 do artigo 14.º da Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, considerando que o projecto em apreço está previsto no Plano de Urbanização de Ponta Delgada e Áreas Envolventes, em vigor.

30 de Julho de 2007. — A Presidente da Câmara, *Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral*.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Aviso n.º 16 434/2007

Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e de Taxas e Compensações Urbanísticas do Concelho de Portalegre

Alteração

José Fernando da Mata Cáceres, presidente da Câmara Municipal de Portalegre, faz público, no uso das competências que lhe são atribuídas pela alínea v) do n.º 1 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, que, em execução do que dispõe o artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e para efeitos do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua actual redacção, e legislação que se mostre como aplicável, que a alteração ao artigo 15.º do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e de Taxas e Compensações Urbanísticas para o Concelho de Portalegre, mereceu aprovação pela Câmara Municipal em reunião ordinária realizada em 2 de Julho de 2007 e pela Assembleia Municipal em sessão realizada a 27 de Julho de 2007 e consta do seguinte:

«Artigo 15.º

Isenções e reduções

1 — Estão isentas do pagamento das taxas previstas no presente Regulamento as entidades referidas no artigo 12.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais).

- 2 —
- 3 —
- 4 —
- 5 —
- 6 —

- 7 —
- 8 — As taxas devidas pela realização, reforço e manutenção de infra-estruturas urbanísticas, são reduzidas em 70 % nas operações urbanísticas realizadas na área de intervenção do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Portalegre e Plano de Pormenor de Expansão da Zona Industrial de Portalegre.»

2 de Agosto de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Fernando da Mata Cáceres*.

CÂMARA MUNICIPAL DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Aviso n.º 16 435/2007

Alteração imperativa do Plano de Pormenor da Zona Industrial

Victor Manuel Barão Martelo, presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, torna público que esta Câmara Municipal, em sua reunião ordinária de 12 de Junho de 2007, deliberou sobre a alteração imperativa do Plano de Pormenor da Zona Industrial, nos termos do n.º 1 do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.

27 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Victor Manuel Barão Martelo*.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

Aviso n.º 16 436/2007

Transferência

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 16 de Agosto de 2007, foi autorizada, de harmonia com o artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, a transferência, com efeitos a partir de 12 de Setembro de 2007, para desempenhar funções nesta autarquia com a categoria de auxiliar administrativo, da funcionária Emília Adelaide Fernandes Covas Pinto, pertencente ao quadro da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.

16 de Agosto de 2007. — O Presidente da Câmara, *António José Lima Costa*.

2611044015

CÂMARA MUNICIPAL DE SESIMBRA

Aviso n.º 16 437/2007

Para os devidos efeitos se torna público que foi autorizado o pedido de requisição do técnico superior de história de 1.ª classe Filipe Manuel Assunção Oliveira da Silva Pessanha, do quadro da Câmara Municipal de Óbidos, para exercer funções nesta Câmara Municipal, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, pelo período de um ano, a partir de 1 de Setembro de 2007.

27 de Agosto de 2007. — A Vice-Presidente da Câmara, *Felícia Maria Cavaleiro da Costa*.

2611043797

CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

Aviso n.º 16 438/2007

Alterações às especificações do alvará de loteamento n.º 1/87 Abertura de discussão pública

André Martins, vereador da Câmara Municipal de Setúbal, faz público que, no uso de competência delegada pela presidente da Câmara, de acordo com o artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, é aberto um período de discussão pública sobre a proposta de alterações às especificações do alvará de loteamento n.º 1/87 (processo n.º 4.9.471), que titula a licença de loteamento do prédio rústico situado em Hectares, Vila Nogueira de Azeitão, freguesia de São Lourenço, deste concelho, requeridas por LIDL & CIA, Lojas Alimentares.

As alterações incidem sobre o lote 41 e consistem no aumento da área de construção afecta ao mesmo, que passa de 600 m² para 1625 m²; no aumento da área do lote que passa para 5903,50 m² e na afectação ao domínio público da área de 10 944,60 m².